REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA

ECONOMIA DE FRONTEIRA E O CAPITAL AGROFLORESTAL NO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO, MARANHÃO, BRASIL

Allison Bezerra Oliveira[1]
Prof. Me. Márcio Benevides Lessa[2]

RESUMO: O objetivo principal da pesquisa é compreender a expansão do capital agroflorestal, a partir da lógica da economia de fronteira em um município brasileiro da região Norte. Metodologicamente, adotou-se enquanto recorte espacial o município de Itinga do Maranhão que está localizado a oeste do estado do Maranhão e inserida na Região Geográfica Imediata de Açailândia. Além da revisão de literatura, que abrange toda a pesquisa, o estudo é seguido pela sistematização e análise de dados secundários relacionados à produção de eucalipto no Maranhão, especificamente no município objeto do estudo, valendo-se de fontes de dados secundárias de órgãos governamentais. Também, foram coletados dados referentes às principais atividades agrícolas deste município, como arroz, feijão e mandioca, também por meio de base de dados secundária. Além disso, foram obtidos dados sobre fazendas produtoras de eucalipto. Os resultados obtidos apontam que a reestruturação produtiva ocasionada pela territorialização do eucalipto no município de Itinga do Maranhão tem alterado o uso da terra no setor agrícola local, estabelecendo a financeirização cada vez maior da terra, com vistas a busca de uma especialização produtiva em relação à produção de *commodities* para exportação.

Palavras-chave: economia de fronteira; Itinga do Maranhão; silvicultura de eucalipto.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil tem adotado a expansão da fronteira agrícola como seu principal modelo de reprodução econômica, intensificando-se, especialmente, a partir da década de 1960 com a implementação da Revolução Verde. Ao considerar seu potencial natural e a extensão de suas áreas aptas para cultivo, o país escolheu se especializar na agro-minero-exportação, desempenhando o papel de produtor de *commodities* e produtos de baixo valor agregado na Divisão Internacional do Trabalho (Oliveira, 2019).

Aqui, a economia de fronteira é compreendida como a reprodução do capital baseado na expansão e inclusão de novas terras à produção agrícola resultando no avanço produtivo sobre regiões naturais ou tidas como "pouco utilizadas" (como terras indígenas, assentamentos, áreas de agricultura familiar, campesinatos, quilombolas, unidades de conservação, terras devolutas etc.). Essas regiões são frequentemente percebidas como "desocupadas", "vazios econômicos" ou estão simplesmente disponíveis para serem incorporadas, contribuindo para a expansão produtiva nos setores agrícola, mineral ou "florestal" (Becker, 1990; Oliveira, 2019; Sicsú; Lima, 2000).

Especificamente, a pesquisa aborda a fronteira agrícola compreendida a partir da economia regional na porção sudoeste do estado do Maranhão, tendo como recorte espacial o município de Itinga do Maranhão. Tal recorte parte do cenário econômico em que o Maranhão se apresenta, se especializando na produção de *commodities* de base agroflorestal, como a pasta de celulose. Tal cultura, conforme se observa, foi inserida na década de 1980 a partir da expansão da então empresa de mineração Vale do Rio Doce, no estado do Pará, e com vistas a produção de combustível para as indústrias produtoras de ferro gusa que se instalaram nos anos seguintes.

1 Autor: Graduado em Economia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). *E-mail*: allisonbzr@gmail.com.
2 Orientador: Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestre em Gestão Empresarial pelo Programa de Pós-Graduação em Administração pelo Centro Universitário Municipal de Franca. *E-mail*: marellana@gmail.com.

É a partir deste contexto, que a pesquisa buscou responder a seguinte questão: Como tem se dado a expansão do capital agroflorestal a partir da lógica da economia de fronteira em Itinga do Maranhão? Tal questionamento estabelece o pressuposto de compreensão analítica a partir da lógica da economia regional.

Para tal, a presente pesquisa tem por objetivo, compreender a expansão do capital agroflorestal a partir da lógica da economia de fronteira no município de Itinga do Maranhão, Brasil. De forma específica, objetiva:

a) discutir o processo de inserção da silvicultura de eucalipto no Maranhão;

b) verificar a expansão de áreas plantadas de silvicultura em Itinga Maranhão; e

c) analisar o processo de reprodução do capital agroflorestal em Itinga do Maranhão a partir da produção de pasta de celulose.

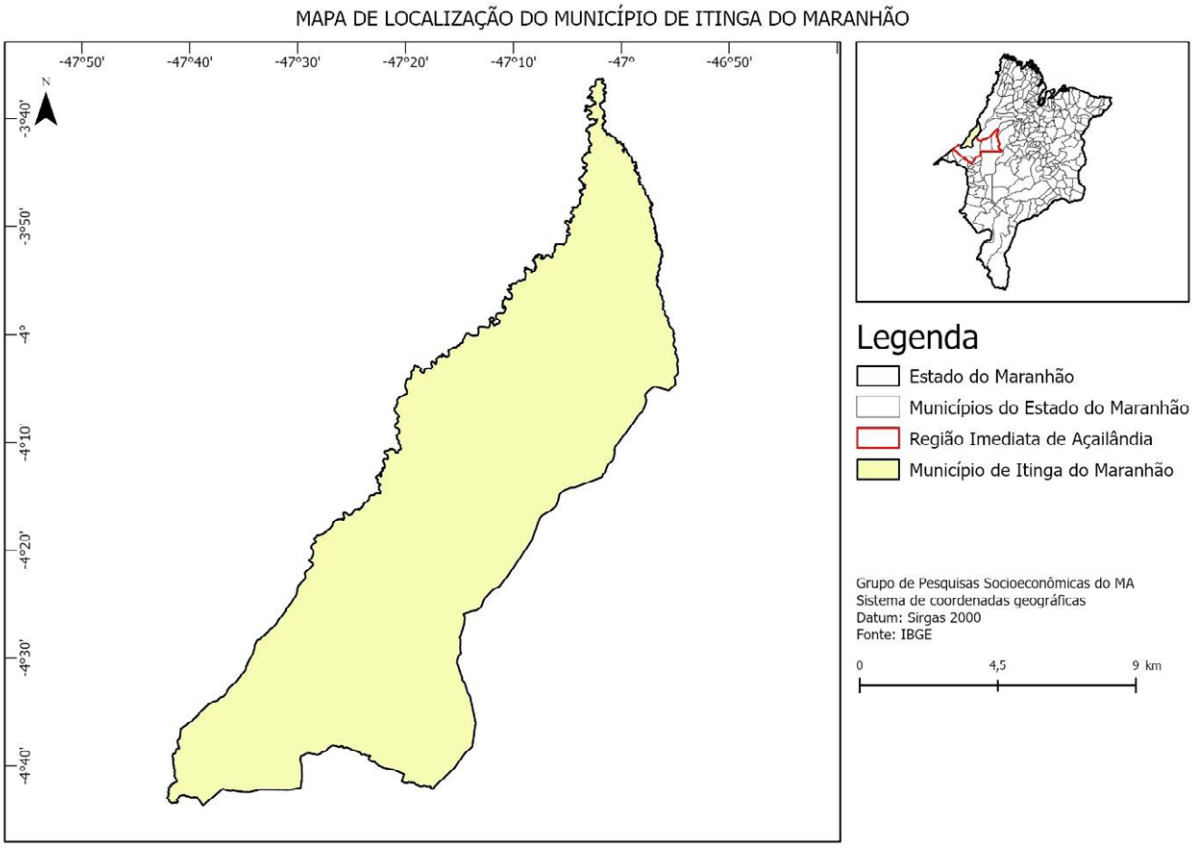
Além da introdução, metodologia e das considerações finais, o artigo está estruturado em três seções: na primeira, é apresentado, historicamente a ocupação e uso do território no estado do Maranhão, em seguida, discute-se a fronteira agrícola e a inserção do capital agroflorestal no Maranhão e, por fim, trata-se da expansão do capital agroflorestal no município de Itinga do Maranhão.

2 A ECONOMIA DE FRONTEIRA E O CAPITAL AGROFLORESTAL NO MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO

Metodologicamente, além de literatura específica, o trabalho utiliza dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Indústria Brasileira da Árvore (IBÁ), além de relatórios públicos da Suzano Papel e Celulose. Tais fontes de dados permitem a construção de informações sobre dados socioeconômicos do município, recorte da pesquisa, evolução de silvicultura, principais fazendas produtoras de eucalipto, além das principais culturas alimentares de maior relevância histórica no município. Em paralelo, foi realizado trabalho de campo em áreas com plantações. Todos os dados organizados foram sistematizados em gráficos, quadros e mapas.

Adotou-se enquanto recorte espacial o município de Itinga do Maranhão (Figura 1), que está localizado a oeste do estado do Maranhão e inserido na Região Geográfica Imediata de Açailândia. O município compreende uma área de 3.582 km², e uma população de aproximadamente 22.513 habitantes. Assim, limita-se ao norte com o município de Centro Novo do Maranhão, ao Sul com Açailândia, a Leste com Bom Jardim e Açailândia e, a Oeste, com o estado do Pará (IBGE, 2022a).

Figura 1 – Município de Itinga do Maranhão



Fonte: IBGE (2022b), organizado pelos autores.

O município de Itinga do Maranhão faz parte da Região Geográfica Imediata de Açailândia, está situado a oeste do estado do Maranhão, a 621,30 km da capital São Luís. Suas características naturais são marcadas pelo bioma amazônico, e ele está inserido na bacia hidrográfica do rio Gurupi, que abrange a área do município. Sua criação é resultado do processo de criação da Rodovia BR-010 (Belém-Brasília) e dos movimentos de "integração" nacional do Norte ao Centro-sul do país em um Brasil que se desenvolvia e demandava por matéria-prima abundante na região. Sua população é de 22.513 habitantes em 2022, sua área total é de 3.583,423 km^2.

Por situar-se como um ponto de convergência na região Centro Norte, o município é percebido como uma das entradas para a Amazônia. Nesse contexto, atrai diversos empreendimentos e conglomerados, tanto nacionais quanto transnacionais, todos inseridos na cadeia do agronegócio.

Tabela 1 – Economia de Itinga do Maranhão (2021)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração pública
Itinga do Maranhão	163.810	17.400	99.559	105.072

Fonte: IBGE (2022a), organizado pelos autores.
Nota: Em mil reais.

O município teve sua autonomia administrativamente somente em 1994, desmembrando-se, assim, do município de Açailândia. Sua economia (Tabela 1), historicamente, tem focado em atividades do setor primário, principalmente aquelas de baixo valor agregado, como a extração de madeira e a pecuária de corte. A atividade industrial é insipiente no município, com destaque para o setor de serviços, principalmente aqueles de origem pública como principal fonte de geração de renda local.

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos de Itinga do Maranhão (2021)

Gini	IDHM	Salário médio mensal dos trabalhadores formais	População ocupada	População com rendimento nominal mensal de até 1/2 salários mínimos	Pessoal ocupado
0,52	0,63	1,8	13,40%	47,80%	3.501

Fonte: IBGE (2022a), organizado pelos autores.

Itinga do Maranhão apresenta 0,52 no indicador de concentração de renda, mensurado pelo Índice Gini, (Tabela 2) e 0,63 no índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM, apresentando em ambos médios fatores de concentração de renda e desenvolvimento. Todavia, apresenta baixo salário médio *per capita, não* chegando, desta forma, a dois salários mínimos. O baixo nível de população ocupada com emprego formal, 13,4% é outro indicativo expressivo da cidade, que se soma ao total de 47,8% da população que vivem com até meio salário mínimo.

2.1 Ocupação e uso do território no estado do Maranhão

De acordo com Cunha (2015), antes da ocupação do território maranhense, o uso da terra estava relacionado principalmente com a coleta de recursos vegetais e a prática da pesca. Nesse período, o território era habitado por comunidades cuja forma de produção era essencialmente baseada em um modo comunista primitivo.

Com a chegada dos europeus, essa dinâmica de uso e ocupação da terra foi alterada. Apesar de ter sido colonizado e ocupado pelos portugueses com a dinâmica de doação de sesmarias, a ocupação e uso do território maranhense sofreram influências estrangeiras, em especial a francesa. Assim, em 1612, superando com habilidade o boqueirão e enfrentando as consideráveis variações de maré, os franceses alcançaram a praia da ilha principal do Maranhão, um promontório localizado entre os rios Anil e Bacanga (Cunha, 2015).

Nesse processo de ocupação do território maranhense, os franceses utilizaram a mão de obra dos índios Tupinambás, estabelecendo feitorias, um armazém e um forte de madeira, organizando a produção de diversos gêneros. Contudo, em 1615, sob a liderança de Jerônimo de Albuquerque, os franceses foram expulsos da ilha de São Luís. A partir desse momento, o norte do Brasil, assim como o Maranhão, anteriormente isolados, ganharam destaque no contexto da expansão territorial promovida pela Coroa Portuguesa no interior do Brasil (Mesquita *et al.* 2015; Cunha, 2015).

Assim, primeiramente, após a conquista do território maranhense, a Coroa Portuguesa implementou uma intervenção inicial como parte das estratégias de ocupação do território. Em 1620, a Coroa Portuguesa introduziu aproximadamente 840 casais de colonos açorianos, estabelecendo-os junto aos Fortes nos estuários dos rios do Golfão Maranhense, que recebem afluência de rios importantes como o Mearim e o Pindaré, além da baía de São José, onde deságuam os rios Itapecuru e Munim. A partir desse momento, aproveitando a alta fertilidade dos vales desses rios, o solo plano e a abundância de terras cultiváveis, iniciou-se uma economia fundamentada na produção policultora (farinha de mandioca, aguardente, arroz, vegetais, etc.), na pesca e na criação de animais pequenos (Mesquita *et al.* 2015; Cunha, 2015).

Ainda dentro do período colonial, Cunha (2015) destaca dois processos de ocupação e uso da terra no

estado do Maranhão, os quais foram originados por duas macroentradas territoriais: uma na parte norte e outra na parte sul do estado do Maranhão.

A primeira incursão, na região norte, ocorreu por meio do avanço e ocupação que se deu através da navegação de rios importantes como o Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim, penetrando a mata dos Cocais e a mata pré-amazônica. Dessa maneira, a partir dessas explorações e ocupações, desenvolveu-se uma estrutura socioespacial fundamentada em forças produtivas vinculadas à agricultura, com relações de produção baseadas na escravidão (Cunha, 2015).

A segunda entrada, que se deu na parte sul do estado, ocorreu no século XVIII, quando foi ocupada por sertanejos e vaqueiros que vieram tocando gado, principalmente dos estados da Bahia e Pernambuco, em busca de pasto. Logo, ultrapassaram o Rio Parnaíba e adentraram o cerrado, uma região ideal para a pecuária do gado crioulo. De fazenda em fazenda, foram ocupando toda a região sul do estado. Dentro desse contexto, originou-se no sul do Maranhão uma estrutura socioespacial formada por forças produtivas apoiadas em atividades pecuárias, com relações sociais de esboço feudal (Cunha, 2015).

Esses dois processos de ocupação do território maranhense foram extremamente essenciais para a formação de diversos usos da terra dentro do estado, sobretudo nos séculos XVII e XVIII. Desse modo, dentro desse período, o uso da terra no Maranhão se deu principalmente através de atividades econômicas como a produção açucareira, já em desenvolvimento, e o extrativismo de especiarias como cravo, canela, castanha, salsa, cacau. Destacou-se também a exploração de madeira, frutos, óleos vegetais, ervas medicinais, raízes e produtos de origem animal, como o óleo extraído de algumas espécies de peixes da região. Além disso, a pecuária se desenvolvia, sobretudo, na parte sul do estado (Mesquita *et al.* 2015).

Em 1755, visando o desenvolvimento regional do norte da colônia, foi criada por Pombal a Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Rolim Filho (2016) enfatiza que o algodão transformou o estado, colocando-o em um lugar de destaque no grande cenário da economia brasileira. A partir desse contexto, no que diz respeito ao uso da terra, temos uma atividade econômica baseada na produção de grandes monoculturas (arroz e algodão) com a utilização de grandes latifúndios e força de trabalho escrava africana, que substitui a indígena, visando a exportação para o mercado europeu.

Assim, observa-se um processo de alteração no uso da terra, que antes estava centrado na agricultura de subsistência. Com os avanços, essa prática evolui para uma monocultura voltada à exportação. Nesse contexto, há uma dependência de extensas áreas de terra, frequentemente obtidas de terras devolutas ou terras indígenas. Todavia, experimentou-se, por volta do século XIX, uma redução na produção de algodão, influenciada tanto por fatores externos, como a produção nos Estados Unidos, quanto por fatores internos, como a escassez de avanços tecnológicos (Arcangeli, 1987).

No término do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o estado do Maranhão experimentou um breve período de industrialização. Em 1895, detinha a liderança entre os estados industriais, superando Minas Gerais, que possuía 37 fábricas, enquanto o Maranhão ficava em segundo lugar, com 16 fábricas. Nesse contexto, o Maranhão estava à frente de outros estados importantes, como a Capital Federal, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, que contavam, respectivamente, com 15, 14, 12 e 10 fábricas (Viveiros, 1954).

No entanto, a ausência de vários elementos, que abrangem desde a incapacidade de coordenação econômica do governo a elevada carga tributária até a falta de qualificação da mão de obra, além da escassez de visão e competência (capacidade de gestão) por parte da burguesia local, foram determinantes para que o Maranhão não conseguisse consolidar-se como um estado industrial (Pereira Filho, 2015).

De acordo com Mesquita *et al*. (2015), após metade do século XX, observa-se a expansão do extrativismo

do coco babaçu, cuja principal força de trabalho era feminina. Rolim Filho (2016, p. 54) destaca que "após o colapso da economia algodoeira maranhense, ainda houve a tentativa de novamente garantir um crescimento de sua economia, dessa vez com outro produto, o óleo de babaçu". Dessa forma, o Maranhão se reintegrou ao mercado externo, agora com outro uso da terra. Contudo, na década 1980, essa prática econômica praticamente desaparece devido à competição externa com o óleo de palmiste.

Rolim Filho (2016) ressalta que, o processo de industrialização no Maranhão teve início efetivamente no final dos anos 60, com a inauguração da rodovia Belém-Brasília (1959) e a implantação de estradas regionais, como São Luís/Belém e São Luís/Teresina. Adicionalmente, foram executados programas voltados para o desenvolvimento, evidenciados pela criação dos órgãos Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966 e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Posteriormente, foi constituído o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1974. Todos esses fatores foram determinantes para o processo de industrialização do Maranhão, o que influenciou na dinâmica de uso da terra no estado.

Assim, ainda de acordo com o autor, foram introduzidos no Maranhão significativos empreendimentos, como o Consórcio de Alumínio do Maranhão S/A (ALUMAR), em 1981, que desempenhou um papel fundamental na transformação da bauxita do Pará em alumina e alumínio. Além disso, ocorreu a implementação de algumas siderúrgicas, influenciadas pela execução do Projeto Grande Carajás (PGC) e sua Estrada de Ferro Carajás (EFC), em 1985, responsáveis pela extração e transporte de minério de ferro.

Essa dinâmica de implementação e efetivação das siderúrgicas no Maranhão, especialmente no município de Açailândia, permitiu que uma base florestal com o eucalipto fosse formada para atender essas siderúrgicas como insumo energético. Posteriormente, na década de 1990, com uma base florestal sólida, houve uma especulação sobre a criação de uma indústria de celulose no Maranhão, a Companhia de Celulose do Maranhão (Celmar). Com a especulação dessa indústria, as áreas de eucalipto aumentam drasticamente no estado, contribuindo, assim, para transformações no uso da terra dentro do estado.

Na mesma década de 1990, a monocultura da soja ganhou destaque no sul do Maranhão. A partir desse período, devido à expansão dessa monocultura, ocorreu uma significativa transformação no cenário agrícola maranhense. Nesse contexto, fatores como um mercado externo favorável, aliado ao estímulo público e à disponibilidade de infraestrutura de escoamento, desempenharam um papel crucial como atrativos, sendo essenciais para a presença de grandes empresas capitalistas voltadas para o agronegócio nessa região do estado (Ferreira, 2008).

Dessa forma, o estado do Maranhão, ao longo de seu processo histórico desde o período colonial, vem servindo aos interesses do capital especulativo, especialmente ao interesse agroexportador. No período colonial, destacam-se as relações de trabalho e a monocultura exportada, sendo o algodão o protagonista na época. Atualmente, essa dinâmica persiste com a presença de *commodities* como soja, celulose, alumínio, ferro gusa, entre outras. Logo, a expansão dessas atividades agroexportadoras frequentemente implica em grandes extensões de terras, muitas vezes resultando em processos de desmatamento, alterações nos ecossistemas naturais, além de impactos sociais e econômicos no qual envolve o pequeno produtor local.

2.2 Fronteira agrícola e a inserção do capital agroflorestal no maranhão

As fronteiras agrícolas são áreas caracterizadas por elevados níveis de desmatamento, resultado da produção agrícola, sobretudo voltadas para a geração de *commodities* agrícolas destinadas à exportação.

Segundo Sicsú e Lima (2000, p. 112), o conceito de fronteira agrícola está relacionado a "aquelas regiões relativamente desocupadas e economicamente pouco exploradas que oferecem amplas possibilidades de ocupação produtiva".

Desse modo, a fronteira agrícola são áreas nas quais grandes empreendimentos, principalmente orientados para a exportação de *commodities* (produtos primários que não passam por grandes transformações tecnológicas durante sua produção e cujos preços são formados nas Bolsas de Valores), encontram fatores importantes para suas implementações e produções (Oliveira, 2019).

Segundo Oliveira, Pereira e Araújo (2021), a expansão da fronteira agrícola simboliza o progresso do modo produtivo capitalista sobre os recursos naturais, em que se baseia em um modelo de economia de fronteira. Isso significa que envolve várias atividades agroindustriais, inseridas em cadeias produtivas cruciais no processo de produção e exportação de *commodities*. Com isso, embora existam empreendimentos direcionados ao mercado interno, a fronteira agrícola é reconhecida por um de seus principais objetivos: a interação produtiva desses empreendimentos com o mercado internacional, fortalecendo, assim, o papel do Brasil na DIT.

Segundo Becker (1990, p. 11), o conceito de fronteira agrícola é destacado como o "espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas". Isso implica que a expansão das fronteiras agrícolas acarreta transformações estruturais com distintas modalidades de uso do território. A autora complementa afirmando que a fronteira não se resume meramente a um local físico, mas constitui também um espaço social, político e valorativo, ou seja, a fronteira não é apenas um limite, mas também um espaço social e político.

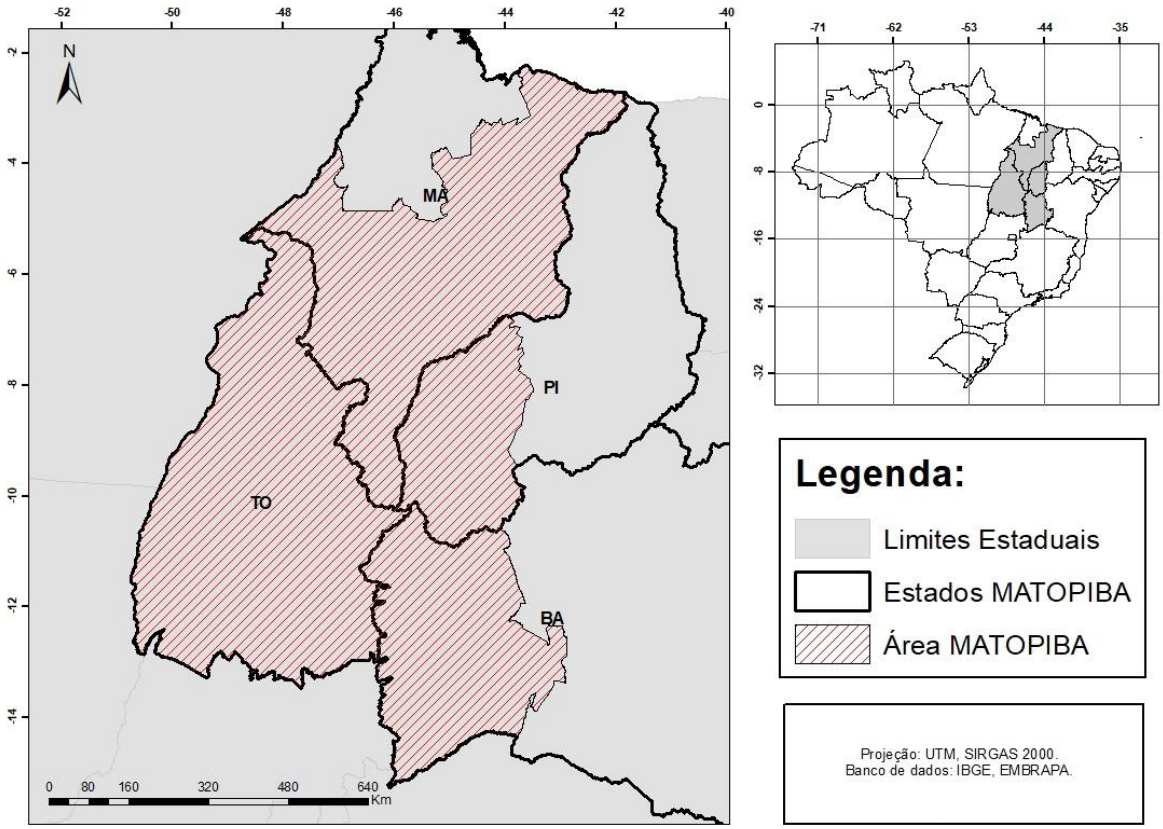
Bolfe *et al*. (2016) afirmam que a fronteira agrícola está associada a áreas anteriormente consideradas marginais, que foram transformadas em terras agrícolas devido a uma nova realidade econômica em determinada região. Por sua vez, Vieira Filho (2016, p. 07) destaca que "a fronteira agrícola vem se expandindo ao longo das últimas quatro décadas, principalmente pelo uso intensivo de conhecimento e tecnologia". Esse avanço tem gerado uma série de impactos socioeconômicos resultantes da exploração econômica do território.

Dessa forma, diversas regiões perderam suas características originais devido à expansão das fronteiras agrícolas e ao seu modelo de produção capitalista, focado principalmente na exportação de *commodities*. Um dos aspectos distintivos da fronteira agrícola é proporcionar oportunidades para acúmulo e ampliação do sistema de produção capitalista. Portanto, diferentemente da ocupação camponesa, a fronteira torna-se um território privilegiado para a acumulação de capital, assim, fomentando o modo capitalista no campo (Sicsú; Lima, 2000).

Uma das fronteiras agrícolas que tem ganhado destaque nas últimas décadas é o MATOPIBA (Figura 2). Conforme Pereira, Porcionato e Castro (2018), o termo "MATOPIBA" surgiu da união das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, abrangendo 336 municípios distribuídos entre esses quatro estados limítrofes, com 143 no Maranhão, 130 no Tocantins, 33 no Piauí e 30 na Bahia.

Uma grande porção do território desses estados está inserida no bioma Cerrado, onde se realiza uma agricultura altamente produtiva, fazendo uso intensivo de insumos com alta tecnologia. Essa região tem passado por transformações significativas, tanto do ponto de vista econômico quanto social, resultantes da expansão da agricultura, especialmente na produção de grãos, com destaque para culturas como soja, milho e algodão (Pereira; Porcionato; Castro, 2018).

Figura 2 – MATOPIBA



Fonte: IBGE (2022b), organizado pelos autores.

Segundo Solomon (2020), embora a expansão da fronteira agrícola do Matopiba tenha ocorrido desde a década de 1970, sua oficialização teve lugar em 2015 através do Decreto Presidencial nº 8.447, datado de 6 de maio de 2015, que introduziu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário. O propósito inicial deste decreto era impulsionar e coordenar políticas públicas destinadas ao fomento do desenvolvimento econômico sustentável, baseado nas atividades agrícolas e pecuárias. No entanto, o decreto foi revogado ainda em 2016.

No estado do Maranhão, a expansão da fronteira agrícola do Matopiba é notável na parte sul do estado, especialmente no município de Balsas, onde a produção de soja ganhou destaque, intensificando-se significativamente já na década de 1990. Segundo Santos (2018), o Matopiba, dentro do estado do Maranhão, tornou-se mais relevante no século XXI, especialmente na produção de grãos destinados à exportação. Assim, a fronteira torna-se, dentro do estado, um dos principais focos de interesse do agronegócio globalizado, destacando os processos econômicos, cooperativos e estratégicos do capital financeiro na busca por ganhos e rendimentos da terra, impulsionado pelo Estado.

Em consonância com a expansão da fronteira agrícola do Matopiba dentro do estado do Maranhão, nota-se o crescimento das áreas de eucalipto. Atualmente, embora ainda seja utilizado como insumo energético para algumas guseiras no estado, sua principal finalidade é servir como matéria-prima para a produção da pasta de celulose, uma *commodity* exportada principalmente para os Estados Unidos e países da Europa.

Oliveira, Paz e Silveira (2020) ressaltam que o eucalipto começou a fazer parte da realidade maranhense a partir da década de 1980, sendo inicialmente utilizado como fonte de energia, especialmente na produção de carvão vegetal para as guseiras que se estabeleceram, principalmente no município de Açailândia, Maranhão. Essas guseiras foram estabelecidas no estado devido à influência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e seu Projeto Grande Carajás (PGC) no estado do Pará, onde construiu um corredor de exportação que liga o município de

Parauapebas, Pará, ao Porto de Itaqui em São Luís, Maranhão, denominado Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Na década de 1990, a base florestal de eucalipto se expandiu no Maranhão, tomando novas proporções, devido a especulação da instalação de uma indústria de celulose no Maranhão, a Companhia de Celulose do Maranhão (Celmar). A Celmar foi formada por uma parceria entre o grupo Risipar, a CVRD e a empresa japonesa Nisso Iwai Corporation (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

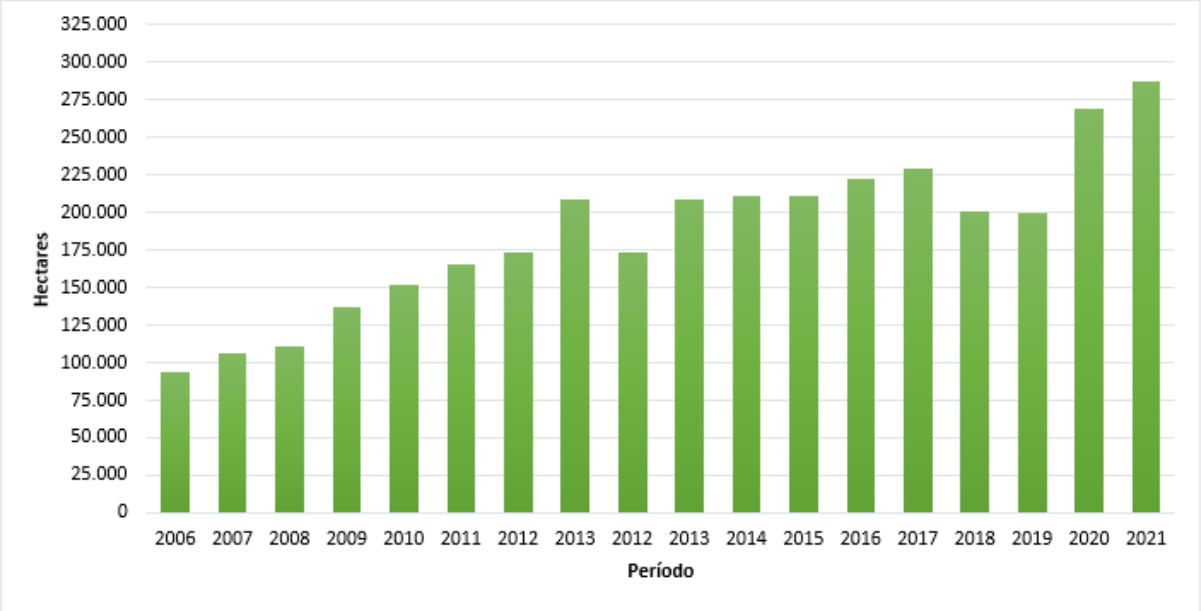
Posteriormente, a CVRD assumiu a posição de sócia majoritária no empreendimento, que contemplou um investimento de mais de um bilhão de dólares em reflorestamento de eucalipto durante o período de 1992 a 1999. Todavia, no fim da década de 1990, o projeto foi cancelado, e as áreas plantadas continuaram a atender a produção de lenha para a fabricação de carvão e um pequeno percentual voltado para a construção civil (Oliveira; Paz; Silveira, 2020).

Segundo Oliveira, Paz e Silveira (2020), as vastas extensões de plantações de eucalipto oriundas da especulação da Celmar uniram-se a outras áreas cultivadas pela CVRD, terras de produtores independentes e terras arrendadas, constituindo, assim, uma grande base de produção de eucalipto. Este cenário revelou-se como um dos principais motivadores para a instalação de uma outra significativa indústria no Maranhão: o Grande Projeto Suzano Papel e Celulose S/A, implantado no município de Imperatriz, Maranhão, em 2008, com suas operações efetivamente iniciadas em 2013.

Assim, a Suzano Papel e Celulose S/A, já no início dos anos 2000, adquiriu uma considerável parcela das áreas antes destinadas à Celmar. Além disso, a empresa estabeleceu uma parceria com o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Vale Florestar para a aquisição de madeira proveniente de uma extensão de 80 mil hectares na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense. Essas iniciativas ressaltam o papel estratégico da Suzano na consolidação e expansão de suas operações no Maranhão, evidenciando a importância das parcerias e aquisições na dinâmica do setor florestal na região (Oliveira; Paz; Salles, 2023).

O gráfico 1 demonstra o desenvolvimento da base florestal de eucalipto no estado do Maranhão ao longo dos anos. Esse crescimento é evidenciado pelo aumento das áreas de cultivo, crescendo de 93.285 hectares para 286.931 hectares, refletindo um expressivo crescimento percentual de 207,58% durante o período de 2003 a 2021.

Gráfico 1 – Áreas de eucalipto no estado do Maranhão em hectares (2006-2021)



Fonte: IBÁ (2022), organizado pelos autores.

Dessa maneira, por meio desses grandiosos empreendimentos, especialmente os voltados para o setor florestal, o capital agroflorestal tem se consolidado de forma marcante no estado do Maranhão. A expansão significativa das áreas cultivadas com eucalipto no estado destaca esse processo de maneira impactante, utilizando diversas estratégias de aquisição, como compra, arrendamento e parcerias.

Essas estratégias têm gerado uma territorialização no estado, resultando em impactos socioterritoriais, como concentração de terras, redução nas atividades tradicionais, êxodo rural, aumento do desemprego no campo, entre outros. Esse contexto realça a dimensão humana dos efeitos dessas práticas, evidenciando a complexidade das transformações vivenciadas pelas comunidades locais (Oliveira; Paz; Salles, 2023).

2.3 Expansão do capital agroflorestal no município de Itinga do Maranhão

Azar, Silva e Silva (2021) destacam que o município é palco de intensos conflitos de terras, onde os grandes latifúndios e empreendimentos continuam a se apropriar progressivamente das demais áreas, causando impactos significativos sobre os camponeses e pequenos produtores locais. Desse modo, o município caracteriza-se como um território marcado por considerável concentração de terras e expansão do agronegócio, gerando uma complexa dinâmica de disputa territorial.

Embora a pecuária, dentro do contexto histórico, e a produção de soja, que vem crescendo nos últimos anos, tenham desempenhado papéis significativos no município, outra atividade que ganha destaque é a silvicultura do eucalipto. Essa abordagem baseia-se na exploração de recursos naturais percebidos como inesgotáveis, conferindo um contexto econômico à dinâmica da silvicultura (Becker, 1990; Oliveira, 2019).

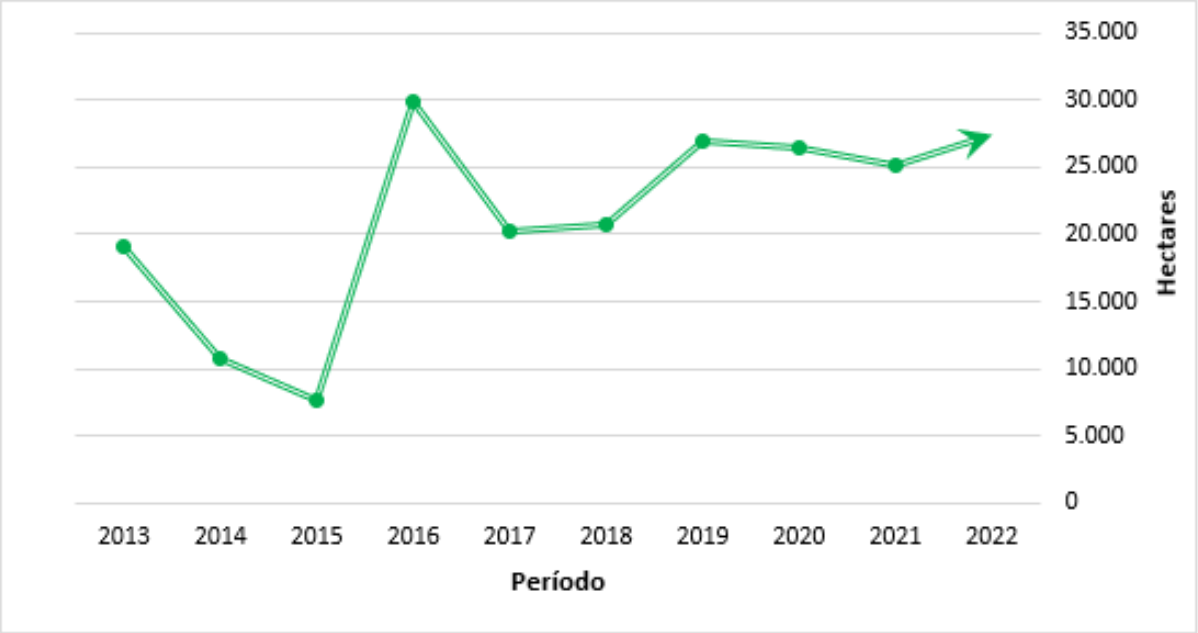
O capital agroflorestal, por sua vez, é composto a partir do capital variável e capital orgânico (capital fixo e constante). O capital variável é a parte do capital investido na compra da força de trabalho, ou seja, nos salários pagos aos trabalhadores. Enquanto o capital fixo é composto por maquinários, ferramentas, equipamentos etc.

Como exemplo desse capital fixo, se tem as máquinas de colher árvores, os caminhões para transporte das toras de eucalipto, a estrutura física da indústria, entre outros. Já o capital constante é um dos elementos do capital em que não cria valor, apenas transfere parte de seu valor ao produto final e é caracterizado pelos insumos, energia, matéria-prima (eucalipto), entre outros (Harvey, 2013; Oliveira, 2019).

O capital agroflorestal, impulsionado pelo capital financeiro, caracteriza-se por um notável avanço tecnológico e mecanização, tornando-se um elemento crucial para a expansão da fronteira agrícola (Becker, 1990; Oliveira, 2019). Dentre os principais cultivos em Itinga do Maranhão, a produção de eucalipto destaca-se como um exemplo de atividade que foi influenciada pela lógica capitalista, transformando-se em uma prática moldada pelos padrões do agronegócio. Nesse cenário, esse tipo de capital emerge como um dos principais agentes responsáveis por reorganizar e dinamizar os usos dos territórios dentro do município.

O gráfico 2 expõe a evolução ao longo do tempo do aumento das áreas de eucalipto no município de Itinga do Maranhão, abrangendo os anos de 2013 a 2022. Em 2013, as áreas com eucalipto totalizavam 19.035 hectares, e esse número cresceu para 27.423 hectares em 2022, representando um aumento de 44,07%. Vale destacar que, em 2022, o município se consolidou como o segundo maior produtor de eucalipto no estado do Maranhão, perdendo apenas para o município de Açailândia, que detinha uma área de 46.939 hectares dedicados ao cultivo de eucalipto.

Gráfico 2 – Série histórica das áreas de eucalipto no município de Itinga do Maranhão em hectares (2013-2022)



Fonte: IBGE (2023a), organizado pelos autores.

A figura 3 apresenta algumas fazendas de eucalipto no município de Itinga do Maranhão. A expansão dessas áreas de eucalipto na região se deve a várias estratégias de aquisição e uso da terra, como compra, arrendamento e parcerias. Dessa forma, o aumento na produção de polpa de celulose está diretamente ligado a essas áreas em expansão de eucalipto, que não só se limitam ao município, mas também se estendem por todo o estado. Conforme apontado por Oliveira (2019), isso posicionou a celulose, ao lado da soja, como uma das *commodities* mais importantes no estado do Maranhão.

É importante destacar que, na estrutura produtiva local, há inevitavelmente uma limitada economia estabelecida pelo setor primário e terciário (principalmente serviços públicos), o que favorece uma mudança na dinâmica econômica com vistas a uma especialização produtiva da pasta de celulose, através do cultivo intenso da matéria-prima do eucalipto por meio da compra de arrendamento de inúmeras fazendas que anteriormente destinavam a agricultura e pecuária.

Figura 3 – Fazendas de eucalipto no município de Itinga do Maranhão

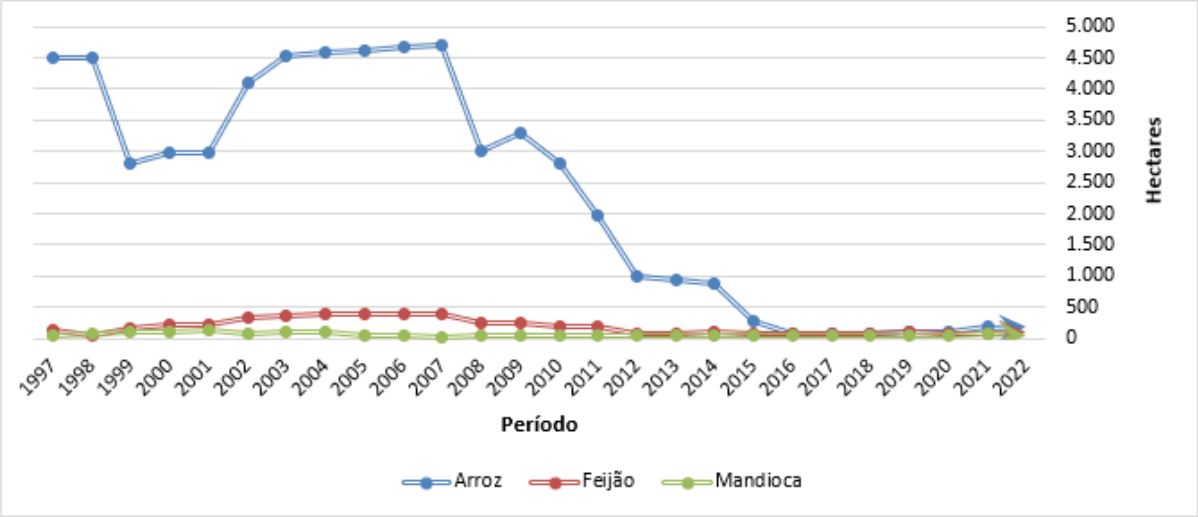
Fonte: Pesquisa de Campo (2023), organizado pelos autores.

Em contraposição ao aumento significativo das áreas de eucalipto, percebe-se a diminuição das áreas destinadas ao cultivo das principais culturas agrícolas, como arroz, feijão e mandioca, no período de 2013 a 2022, no município de Itinga do Maranhão (Gráfico 3). Ao longo desse período, foi observada uma significativa redução, com uma diminuição de 4.680 para 334 hectares, respectivamente. Isso representa uma redução de 92,86% das áreas destinadas às culturas tradicionais da região (arroz, feijão e mandioca).

Desse modo, o processo de territorialização do eucalipto no município de Itinga do Maranhão vem provocando transformações no espaço rural, não apenas sob o aspecto da transformação da vegetação nativa, mas também porque modifica aspectos relacionados à prática de atividades tradicionais no campo.

Oliveira, Paz e Silveira (2020) destacam a relação entre o crescimento das áreas voltadas ao cultivo de eucalipto e a diminuição da produção agrícola nas principais culturas, como arroz, feijão e mandioca, no município de Itinga do Maranhão. Os autores afirmam que, apesar de existirem outros fatores que contribuem para a redução das áreas destinadas à produção agrícola nas principais culturas (tais como crédito agrícola, êxodo rural, especulação fundiária e produção de soja para exportação, entre outros), o avanço das áreas de eucalipto também é um desses fatores que vem influenciando essa dinâmica. Esse processo está causando uma reestruturação produtiva no município.

Gráfico 3 – Série histórica das áreas destinadas ao cultivo das principais atividades agrícolas no município de Itinga do Maranhão (1997 - 2022)



Fonte: IBGE (2023b), organizado pelos autores.

A tabela 1 destaca algumas das principais fazendas incorporadas pela Suzano Papel e Celulose S/A no município de Itinga do Maranhão, nos últimos anos. No ano de 2019, conforme o recorte em destaque, foi registrado um total de 12.715,34 hectares de fazendas com plantações de eucalipto. Além disso, foi apresentado o quantitativo de áreas destinadas a outros usos nessas fazendas, correspondendo a um total de 689,45 hectares. Isso significa que, as áreas com eucalipto representam aproximadamente 60,15% do total de áreas utilizadas, enquanto os outros usos correspondem a cerca de 5,43% do total da área.

Tabela 1 - Principais fazendas com o cultivo de eucalipto no município de Itinga do Maranhão

Imóvel	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)
Aliança 2 QG	Própria	1.489,14	951,38	60,73
Felicidade QG	Própria	510,52	317,85	24,23
Flexa Dupla	Arrendada	1.406,68	1.031,00	39,51
Nova Descoberta QG	Própria	16.687,33	9.946,25	544,98
São Geraldo QG	Própria	1.045,82	468,86	20,40

Fonte: Suzano Papel e Celulose (2019), organizado pelos autores.

Conforme Harvey (2005), o modo de produção capitalista constrói e reconstrói espaços de acordo com suas necessidades de acumulação de capital. Essa acumulação, para o autor, é o motor do modo de produção capitalista. Dessa forma, com a instalação da indústria Suzano Papel e Celulose S/A e seu processo de acumulação de capital, vem sendo promovido dentro do município de Itinga do Maranhão um processo de reestruturação produtiva. Nesse contexto, conjunto expressivo de atividades produtivas são reorganizadas para atender a produção de *commodities* agroflorestais.

Esse processo de reestruturação produtiva e territorial dentro do município é evidenciado pelo crescente aumento das áreas de eucalipto. Nesse sentido, Harvey (2005) afirma que os efeitos do capital no espaço e seus processos de reestruturação produtiva vêm criando uma paisagem modernizada, disseminando, assim, uma nova dimensão temporal: a era da velocidade. Dessa maneira, é a partir desse contexto que o avanço do capital agroflorestal e das áreas de eucalipto tem se expandido dentro do território do estado, bem como no município de Itinga do Maranhão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fomentado pelo Estado por meio de programas e políticas de isenção fiscal, e pelo capital financeiro, a fronteira agrícola do MATOPIBA, iniciada na década de 1990, com seus empreendimentos agrícolas pautados no grande latifúndio, expande-se no estado do Maranhão com destaque para a produção de grãos como a soja. Assim, o avanço dessa fronteira altamente mecanizada no estado teve como um de seus propósitos atender aos reclames da globalização produtiva e financeira internacional.

Acompanhando o avanço dessa fronteira agrícola, tem-se a inserção e o avanço do capital agroflorestal, que, na década de 1990, cresceu exponencialmente com a especulação da criação da Companhia de Celulose do Maranhão, a Celmar. Essa indústria de celulose, na qual grande parte pertencia à CVRD, não foi efetivada. Todavia, com essa base florestal que se consolidou, além da possibilidade de arrendamentos de fazendas e parcerias com a Vale Florestar, o eucalipto no estado tomou novas proporções com a instalação da Suzano Papel e Celulose S/A.

Portanto, é dentro dessa lógica que o capital agroflorestal, por meio de grandes empreendimentos mineradores e florestais, como a Vale (antiga CVRD) e a indústria Suzano de Papel e Celulose S/A, tem exercido impacto nas transformações e na reestruturação da produção agrícola nas últimas décadas. Consequentemente, a reestruturação produtiva ocasionada pela territorialização do eucalipto no município de Itinga do Maranhão tem alterado o uso da terra no setor agrícola do município, intensificando uma especialização produtiva do território maranhense alterando o modelo da agricultura de subsistência pela agricultura intensiva de alta produtividade e com novos parâmetros gerenciais.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, A. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: Editora Universitária da UFMA, 1987.

AZAR, Z. S.; SILVA, J. J. B. da; SILVA, A. G. da. A judicialização e a luta pela terra no Maranhão: o acampamento Marielle Franco - Itinga do Maranhão. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 4, 2021.

BECKER, K. B. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BOLFE, E. L. *et al*. Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de geopolítica agrícola**, [*s. l.*], v. 25, n. 4, p. 38-62, 2016.

CUNHA, R. C. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, [*s. l.*], v. 8, n. 1, 2015.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório Ibá 2022**. São Paulo: IBÁ, 2022. Disponível em: https://www.iba.org/publicacoes/relatorios. Acesso em: 01 jan. 2024.

IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022a. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/itinga-do-maranhao. Acesso em: 20 jan. 2024.

IBGE. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html. Acesso em: 22 jan. 2024.

IBGE. **Produção extrativista e da silvicultura**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=3&unidade=21#/S/VS/A/Q. Acesso em: 20 jan. 2024.

IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 14 jan. 2024.

MESQUITA, B. A. *et al*. Formação socioeconômica do estado do Maranhão. *In*: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 225-319.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019. Dossiê Agronegócios no Brasil.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SILVEIRA, K. C. da. Expansão da silvicultura do eucalipto e transformações no uso da terra em municípios do Oeste Maranhense. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 6, n. 19, p. 1-24, 2020.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. de S.; SALLES, J. S. de J. Territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra na Região Tocantina do Maranhão, Brasil. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, MG, v. 18, n. 49, 2023.

OLIVEIRA, A. B.; PEREIRA, A. M.; ARAÚJO, J. A. V. de A. Da fronteira agrícola aos territórios do agronegócio florestal: avanços da silvicultura de eucalipto sobre a agricultura familiar nos municípios de Imperatriz e Cidelândia, Maranhão, Brasil. **GeoTextos,** [*s. l.*], v. 17, n. 2, p. 89-115, dez. 2021.

PEREIRA FILHO, J. F. Formação Econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. *In:* JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2015.

PEREIRA, C. N.; PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N. Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba. **Boletim regional, urbano e ambiental**, [*s. l.*], v. 18, P. 47-59, 2018.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? 2016. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

SANTOS, C. C. M. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de "cerrados"? **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 245, p. 570-600, set./dez. 2018.

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia,** Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Relatório da avaliação fase 2 para certificação de manejo florestal e cadeia de custódia desde a floresta até a saída do produto da empresa**. Imperatriz: [*s. n.*], 2019. Disponível em: https://www.sysflor.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CER-REL_Recert-Suzano-2018-270519_FIN_PUBLICO.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1, p. 7-38, 2016.

VIVEIROS, J. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.